

Parlamentarismo passa, mas só se fizer concessão

Políticos experientes, como o senador Afonso Arinos, estão prevendo a aprovação do parlamentarismo pela Constituinte. O problema é que os políticos, em sua maioria, excluem um mecanismo sem o qual o regime parlamentarista não existe: a dissolução do Parlamento sempre que o gabinete for derrubado por voto de desconfiança.

Recentemente, uma pequena empresa de professor da UnB promoveu uma pesquisa constatando que 70 por cento dos constituintes manifestam preferência pelo parlamentarismo. Sem que a pesquisa reclamasse, 45 por cento dos

pesquisados tomaram a iniciativa de acrescentar uma observação — parlamentarismo sem dissolução do parlamento.

O senador Marcondes Gadelha formulou uma proposta de parlamentarismo sem dissolução do parlamento. Como um jornalista observasse que, sem aquele mecanismo o regime que ele propunha não era o regime de gabinete, mas uma contrafação, o senador paraibano explicou que, com esse detalhe, sua proposta não teria condições de ser aprovada.

Gadelha, que é um parlamentarista convicto, sustenta que o essencial é in-

troduzir o regime de gabinete, ainda que fazendo aquela concessão. Ele acredita que, com o tempo, será possível vencer as resistências dos políticos, introduzindo a dissolução do Parlamento que funciona como um freio contra a sucessão de quedas de gabinetes sendo, portanto, um instituto da maior importância na estabilidade institucional.

Parlamentaristas históricos, como o ministro da Justiça, Paulo Brossard, preferem que a Constituinte abandone a idéia de introduzir o parlamentarismo sem aquele mecanismo clássico.